

Termo de Referência 127/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
127/2024	158134-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE	LORENA DE SOUZA SILVA MEDEIROS	18/02/2025 08:57 (v 20.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		23060.000884/2024-79

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. (Republicação) Registro de preço para aquisição de computadores do tipo "desktop" para atender os campi e a Reitoria do Instituto Federal de Sergipe - IFS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ID	DESCRIÇÃO	CATMAT	MÉTRICA	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>COMPUTADOR DO TIPO "DESKTOP" acompanhado de mouse e teclado, com garantia de fabricante do tipo on-site de 60 (sessenta) meses.</p> <p>Mais detalhes e especificações adicionais devem ser observadas no tópico 4.12 deste Termo de Referência - Requisitos de Arquitetura Tecnológica.</p> <p>Local de entrega: Instituto Federal de Sergipe - Aracaju /SE (UASG 158134)</p>	619125	UND	22	500	R\$ 6.957,36	R\$ 3.478.680,00
	<p>COMPUTADOR DO TIPO "DESKTOP" acompanhado de mouse e teclado, com garantia de fabricante do tipo on-site de 60 (sessenta) meses.</p> <p>Mais detalhes e especificações adicionais devem ser observadas no tópico 4.12 deste</p>			40 (Parnamirim)	50 (Parnamirim)		

2	Termo de Referência - Requisitos de Arquitetura Tecnológica. Locais de entrega: Instituto Federal do Rio Grande do Norte - Parnamirim/RN e São Paulo do Potengi/RN (UASG's 152756 e 154840)	619125	UND	10 (São Paulo do Potengi)	50 (São Paulo do Potengi)	R\$ 6.957,36	R\$ 695.736,00
3	COMPUTADOR DO TIPO "DESKTOP" acompanhado de mouse e teclado, com garantia de fabricante do tipo on-site de 60 (sessenta) meses. Mais detalhes e especificações adicionais devem ser observadas no tópico 4.12 deste Termo de Referência - Requisitos de Arquitetura Tecnológica. Local de entrega: Instituto Federal de Roraima - Boa Vista /RR (UASG 158152)	619125	UND	185	250	R\$ 6.957,36	R\$ 1.739.340,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O início da execução contratual fica condicionado à apresentação da garantia contratual fiduciária constante deste Termo de Referência. O encerramento da vigência contratual não interrompe a obrigação de prestação da GARANTIA TÉCNICA, devendo a CONTRATADA honrá-la durante todo o período estipulado.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Em caso de divergência entre as descrições/especificações constantes no CATMAT e as especificações (características mínimas) descritas no Termo de Referência, prevalecerão estas últimas. Recomenda-se aos licitantes que analisem detalhadamente as especificações constantes no item 4.12, pois o Termo de Referência prevalecerá como fonte primária de informações técnicas.

1.7. A solução a ser contratada não integra o Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, disponível em: Catálogos de Soluções de TIC — Governo Digital.

1.8. A solução a ser contratada atende aos requisitos específicos estabelecidos no item 8 do Anexo I - Diretrizes Específicas de Planejamento da Contratação, conforme disposto na Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

1.9. O objeto da contratação não se enquadra nas vedações previstas nos artigos 3º e 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

1.10. O objeto da contratação não está incluído no Catálogo Eletrônico de Padronização (disponível em: Itens Padronizados — Governo Digital).

1.11. As especificações técnicas previstas neste Termo de Referência atendem às premissas estabelecidas no art. 16, bem como no item 7 e subitens do Anexo da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

1.12 O quantitativo máximo do item "1 - DESKTOPS PADRÃO/INTERMEDIÁRIO" foi estabelecido com base no despacho ID 0533024, anexado ao Processo SEI nº 23060.000884/2024-79, emitido pelo Gestor de TI e aprovado pela Autoridade Máxima do IFS. O quantitativo mínimo é com base no layout de um laboratório de informática de uma unidade de ensino.

1.13 O valor do item foi atualizado com base na pesquisa de preço (cotação nº 12/2025) realizada em 21/01/2025, cuja documentação será devidamente anexada aos autos desta contratação.

1.14 Em conformidade com as disposições da Lei nº 13.726/2018, que visa à racionalização dos processos e procedimentos administrativos, este órgão aceitará os documentos de habilitação, bem como as propostas técnica e comercial, assinados eletronicamente pelas licitantes (com assinatura digital ICP Brasil) e enviados por e-mail, conforme estabelecido no Instrumento Convocatório. Tais documentos serão considerados autênticos e originais, dispensando o envio posterior de cópias impressas.

1.15. Considerando que o inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. A não adoção de cotas reservadas para ME/EPP se justifica pela dificuldade de encontrar fornecedores capazes de atender a demanda, sobretudo com relação à garantia, vide processos licitatórios anteriores a este realizados pelo IFS. O órgão seria levado a repetir o procedimento, o que aumentaria os custos da aquisição, gerando prejuízos. As ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, ANEXO IX do Edital, realizados conforme a Instrução Normativa SGD-ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. A utilização da Tecnologia da Informação como ferramenta estratégica para otimização das atividades administrativas permite aos órgãos da Administração Pública implementar medidas que tornam seus processos mais rápidos, seguros, integrados, eficientes e, especialmente, acessíveis a toda a população brasileira.

3.1.2. A proposta de aquisição em questão é fundamental para garantir a continuidade e mobilidade das atividades desempenhadas pelos usuários do Instituto Federal de Sergipe (IFS), além de possibilitar a substituição dos equipamentos obsoletos, que estão fora do período de garantia técnica e não atendem mais às exigências tecnológicas atuais.

3.1.3. Conforme o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022-2024:

"O Instituto Federal de Sergipe tem se dedicado, ao longo dos últimos anos, a fortalecer sua política de renovação do parque computacional. Esta aquisição integra o plano estratégico de gestão que visa aprimorar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação do Instituto, alinhando-se à missão institucional e ao interesse público. O foco está na melhoria contínua dos serviços de TI do IFS, com a modernização de seu parque computacional por meio de equipamentos de renomados fabricantes que suportam a inovação em Tecnologias Educacionais aplicadas em sala de aula."

3.1.4. Diante disso, é essencial a utilização de estações de trabalho confiáveis, que reduzam riscos de interrupções ou descontinuidade nas atividades, garantindo a eficiência e a qualidade dos serviços públicos oferecidos à sociedade.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

UASG	ID PCA no PNCP	Data de publicação no PNCP	Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação
------	----------------	----------------------------	-------------------	--------------	-------------------------------------

158134	10728444000100-0-000008/2024	19/05/2023	727	7010 - COMPUTADORES	158134-90055/2023
--------	------------------------------	------------	-----	---------------------	-------------------

3.3. O objeto da contratação está alinhado aos instrumentos estratégicos do Governo Federal e do Instituto Federal de Sergipe (IFS), conforme detalhado a seguir:

a) Estratégia de Governo Digital 2020 - 2024

ID	Objetivos Estratégicos
01	Oferta de serviços públicos digitais
16	Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação

b) Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024

ID	Objetivos Estratégicos
OE02	Prover infraestrutura necessária de atendimento às necessidades institucionais da comunidade.

c) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2022-2024

ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A21	Prover desktop e equipamentos portáteis.	M04	Prover equipamentos e soluções de TIC para atender às necessidades de negócios do IFS.

3.4. O alinhamento ao Plano Diretor de Logística Sustentável do IFS não foi incluído, uma vez que o referido plano ainda está em fase de elaboração.

3.5. Resultados e benefícios a serem alcançados

- a) Melhorar a qualidade e a agilidade dos serviços públicos prestados à sociedade;
- b) Assegurar a continuidade e a eficiência das atividades administrativas e acadêmicas da instituição;
- c) Aumentar a eficiência ao proporcionar maior agilidade na execução de atividades práticas, administrativas e de pesquisa realizadas por servidores, docentes e alunos;
- d) Garantir a eficácia ao apoiar e possibilitar o cumprimento das competências educacionais do IFS, tanto em relação à comunidade interna quanto à sociedade.

3.6. (SUPRESSÃO - Serviços públicos digitais)

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação será orientada pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. Renovar a infraestrutura computacional em conformidade com os percentuais previstos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC);

4.1.2. Expandir a infraestrutura computacional para atender às demandas crescentes de serviços e usuários;

4.1.3. Garantir suporte adequado aos processos de trabalho, assegurando a continuidade operacional e a eficiência das atividades institucionais;

4.1.4. Modernizar os recursos tecnológicos disponibilizados aos usuários internos, visando aprimorar a eficiência operacional e elevar os níveis de produtividade.

Requisitos de Capacitação

4.2. A capacitação técnica para o uso dos recursos relacionados ao objeto desta contratação não está inclusa no seu escopo;

4.3. No entanto, a CONTRATADA deverá fornecer, no prazo máximo de 24 horas corridas a partir da solicitação para a capital, e de até 72 horas para as demais cidades, as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE sobre o fornecimento ou as características técnicas dos equipamentos, por meio do preposto designado para o acompanhamento do contrato.

Requisitos Legais

4.4. O processo de contratação deverá estar em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei nº 14.133/2021, com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, com a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e com demais legislações pertinentes.

Requisitos de Manutenção

4.5. Em função das características da solução, será necessária a realização de manutenções corretivas e preventivas pela Contratada, visando garantir a continuidade e a disponibilidade plena da solução.

4.6. Todos os equipamentos deverão contar com **GARANTIA TÉCNICA** do **FABRICANTE** por um período mínimo de 60 (sessenta) meses, além de **SUPORTE TÉCNICO ON-SITE**, conforme os seguintes critérios:

4.6.1. Para o item **COMPUTADOR DO TIPO DESKTOP**, o suporte técnico on-site será prestado na capital e nos municípios onde o IFS possuir unidades organizacionais (*campi*).

4.7. O suporte técnico durante o período de GARANTIA deverá estar disponível para acionamento, no mínimo, das 08h às 18h em dias úteis, por meio de telefone, e-mail ou sistema informatizado.

Requisitos Temporais

4.8. A entrega dos equipamentos deverá ser realizada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante, podendo esse prazo ser prorrogado, excepcionalmente, por até igual período, desde que previamente justificado pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.8.1. O modelo para elaboração da OFB encontra-se anexado a este Termo de Referência, no ANEXO IV - Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB).

4.8.2. O prazo de entrega do equipamento não será contado durante o período em que o CONTRATANTE estiver realizando o procedimento de confecção da imagem de disco padrão, incluindo o seu envio para a CONTRATADA.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9. A solução deverá estar em conformidade com os princípios e procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.10. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre qualquer informação de interesse do CONTRATANTE que venha a tomar conhecimento em razão da execução do contrato, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.11. Os equipamentos devem estar em conformidade com as diretrizes sociais, ambientais e culturais estabelecidas na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como com os normativos relacionados à sustentabilidade ambiental aplicáveis.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.12. Os COMPUTADORES do tipo DESKTOP devem cumprir plenamente os requisitos de arquitetura tecnológica especificados a seguir:

4.12.1 Processador

4.12.1.1 O processador deverá alcançar, no mínimo, 19.000 pontos de desempenho, conforme a base de dados **Passmark CPU Mark**, disponível no site https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php, na coluna **CPU Mark**.

4.12.1.2 O processador deverá ter uma frequência mínima de 1,7 GHz ou superior, com, no mínimo, 6 núcleos físicos, 12 threads e cache de nível 3 (L3) de 18 MB. O TDP (Thermal Design Power) máximo deverá ser de 157 W.

4.12.1.3 O processador deverá ser, no mínimo, da 12ª geração da linha **Intel Core** ou da 5ª geração da linha **AMD Ryzen**.

4.12.1.4 Arquitetura de 64 bits.

4.12.1.5 O processador deverá suportar tecnologias de **Turbo Boost** ou **Turbo Core**, além de virtualização.

4.12.2 Memória

4.12.2.1 A memória deverá ser equipada com tecnologia **DDR4**, com frequência mínima de **3.200 MHz** ou superior.

4.12.2.2 Deverá ter **16 GB** de memória instalada (1 x 16 GB ou 2 x 8 GB) ou mais.

4.12.2.3 O sistema deverá oferecer, no mínimo, um slot livre para futuras expansões de memória.

4.12.2.4 Deverá ser compatível com a instalação de até **64 GB** de memória ou mais.

4.12.2.5 A memória não poderá ser integrada à placa-mãe (soldada).

4.12.3 Unidades de Armazenamento

4.12.3.1 O sistema deverá possuir um **disco em estado sólido (SSD)** do tipo **M.2**, conectado diretamente à placa-mãe por meio da interface **PCIe NVMe**, com capacidade mínima de **480 GB**.

4.12.3.2 Discos do tipo **SATA** não serão aceitos.

4.12.3.3 A unidade de armazenamento deverá apresentar **MTBF** (Mean Time Between Failures) de **1.400.000 horas** ou **50.000 ciclos de Power On/Off**.

4.12.3.4 A Contratante não reterá a unidade de armazenamento durante o período de garantia, mesmo em casos de atendimento técnico.

4.12.4 Placa Mãe

4.12.4.1 A placa-mãe deverá ser do mesmo fabricante do computador ou fabricada sob sua especificação para uso exclusivo (OEM, homologada pelo fabricante do computador). Não serão aceitas placas-mãe de livre comercialização no mercado.

4.12.4.2 A placa-mãe deverá possuir **2 (dois)** slots **PCIe M.2** para instalação de SSDs.

4.12.4.3 Deverá possuir, no mínimo, **6 (seis)** portas **USB 3.2** ou superior, sendo pelo menos 5 (**cinco**) portas no padrão **USB 3.2 tipo A** e, no mínimo, **1 (uma)** porta **USB 3.2 Gen2 tipo C**. Não será permitido o uso de hubs para atender essas especificações.

4.12.4.4 A placa-mãe deverá contar com um **chip de segurança TPM (Trusted Platform Module)** versão 2.0 ou superior, integrado. Para a implementação e uso dos recursos do TPM em conjunto com o sistema de segurança oferecido, deverão ser fornecidos todos os recursos necessários para utilizar essas tecnologias.

4.12.4.5 A placa-mãe deverá ter o **número de série** registrado em sua **BIOS**, permitindo a leitura remota por meio de comandos **DMI 2.0**.

4.12.4.6 A placa-mãe deverá ter **BIOS** com suporte a **UEFI**.

4.12.4.7 A placa-mãe deverá ser compatível com **Windows 11 Pro 64 bits** ou superior.

4.12.5 BIOS

4.12.5.1 O BIOS deverá ser desenvolvido pelo próprio fabricante do equipamento ou detentor dos direitos autorais, garantindo que o fabricante possui a plena liberdade para editar o BIOS, implementando atualizações e correções de segurança, e informando o modelo e versão do mesmo. Caso o BIOS seja oferecido sob regime de copyright, o fabricante do BIOS deverá confirmar que o fabricante do equipamento possui o direito irrestrito de edição, assegurando a adaptabilidade e manutenibilidade do conjunto adquirido.

4.12.5.2 O BIOS deverá possuir um sistema de **auto-recuperação** em caso de falha, permitindo o restabelecimento a partir de uma cópia segura armazenada no próprio equipamento.

4.12.5.3 O BIOS deverá ser compatível com os recursos **WOL (Wake on LAN)** e **PXE (Pre-boot Execution Environment)**.

4.12.5.4 O BIOS deverá oferecer suporte ao padrão **ACPI 2.0 (Advanced Configuration and Power Interface)**, com controle automático da rotação do ventilador da CPU.

4.12.5.5 O BIOS deverá ser compatível com a tecnologia **S.M.A.R.T** (Self-Monitoring, Analysis, and Reporting Technology), para previsão e contingenciamento de falhas do disco rígido.

4.12.5.6 O BIOS deverá ser desenvolvido conforme os padrões de segurança **NIST 800-147** ou **ISO/IEC 19678:2015**, garantindo a integridade e a proteção do sistema.

4.12.5.7 Caso o BIOS não esteja em conformidade com a norma NIST 800-147, deverá atender às seguintes funcionalidades:

- a) Dispor de mecanismos de **hardware** ou **software** capazes de executar o **autorreparo** do BIOS e do firmware em casos de corrupção ou adulteração, utilizando uma cópia íntegra armazenada em área segura do hardware;
- b) Possuir um sistema de **verificação** que assegure que apenas imagens confiáveis do código do BIOS sejam executadas, além de bloquear a execução de **rootkits**, vírus e malwares;
- c) A verificação mencionada deverá ser realizada durante a **inicialização** do computador;
- d) Gerar e armazenar um **log de eventos** relacionados ao BIOS e firmware, registrando os eventos críticos;
- e) Utilizar **métodos de criptografia robusta** para garantir a integridade do BIOS antes da execução do controle de hardware;

4.12.5.8 O BIOS deverá ser desenvolvido de acordo com o padrão de segurança **NIST 800-193**, permitindo a recuperação da BIOS. Deverá incluir um mecanismo de **hardware**, **software** ou ambos, para reparar o BIOS e o firmware em casos de corrupção ou adulteração por **ataques cibernéticos**, utilizando uma cópia íntegra armazenada em área segura.

4.12.5.9 O BIOS deverá ser em **Flash ROM**, permitindo sua atualização por meio de **software de gerenciamento**.

4.12.5.10 O BIOS deverá oferecer suporte a **UEFI**. O fabricante deverá comprovar sua adesão ao padrão **Unified Extensible Firmware Interface (UEFI)** <http://www.uefi.org/members>, atestando que seus equipamentos estão em conformidade com a especificação **UEFI 2.x** ou superior.

4.12.5.11 O BIOS deverá permitir a ativação e desativação da senha de acesso através do **SETUP**, além de oferecer diferentes níveis de acesso: **Administrador** e **Usuário**. Também deverá possibilitar a definição de senha para acesso ao **disco rígido**.

4.12.5.12 O BIOS deverá permitir a inserção de um **registro de controle patrimonial** de, pelo menos, **10 (dez) caracteres**, em memória não volátil.

4.12.5.13 O BIOS deverá ser disponibilizado em **português** ou **inglês** e ser capturável pela aplicação de inventário **SCCM (System Center Configuration Manager)**.

4.12.5.14 O BIOS deverá possuir um sistema integrado de **diagnóstico** que permita verificar a saúde do sistema tanto em **modo rápido** quanto em **modo detalhado**, com uma interface gráfica que execute diagnósticos na BIOS. Esse sistema deverá ser capaz de verificar os seguintes componentes:

- a) Alto-falante interno;
- b) Unidades de armazenamento;
- c) Funcionalidade das portas **USB**;
- d) Interface gráfica;
- e) Processador;
- f) Memória **RAM**.

4.12.5.15 As mensagens de erro geradas por este diagnóstico deverão fornecer informações suficientes para a abertura de **chamados técnicos** durante o período de vigência da garantia.

4.12.5.16 O fabricante deverá disponibilizar todas as atualizações de BIOS, incluindo versões anteriores, permitindo ao usuário escolher entre **upgrade** ou **downgrade**.

4.12.5.17 O BIOS deverá estar disponível em **português** ou **inglês** e ser capturável pela aplicação de inventário **SCCM (System Center Configuration Manager)**.

4.12.5.18 O equipamento deverá suportar **tecnologia de gerenciamento remoto "Out-of-Band"**, com **firmware** (chip) integrado para armazenar e disponibilizar informações de configuração e status, mesmo quando o sistema estiver desligado, com o sistema operacional hibernado ou inoperante devido a falhas.

4.12.5.19 O gerenciamento remoto **"Out-of-Band"** deverá ser suportado tanto em equipamentos **dentro** quanto **fora** da rede corporativa (incluindo através de firewalls).

4.12.5.20 O sistema deverá permitir o **ligamento e desligamento** remoto do equipamento, com **controle de acesso** e agendamento de ações em horários programados, independentemente do estado do sistema operacional.

4.12.5.21 O sistema deverá possibilitar o **acesso remoto** e controle do **vídeo, mouse e teclado** do usuário, com acesso gráfico à BIOS e ao **POST** da máquina, independentemente do estado ou versão do sistema operacional. O acesso deverá ser feito através de **protocolo TCP/IP**. Todo o hardware necessário para essa funcionalidade (placa-mãe, placa de rede e processador) deverá fazer parte do escopo da contratação. O usuário deve ser notificado e consentir que seu equipamento será acessado remotamente.

4.12.5.22 O sistema deverá permitir a **instalação remota de sistemas operacionais**, incluindo acesso remoto ao teclado, mouse e visualização gráfica das telas de instalação.

4.12.6 Controladora de Rede Gigabit Ethernet

4.12.6.1 O equipamento deverá possuir uma interface de rede local **Ethernet** integrada, **RJ-45 fêmea**, com suporte a **LAN 100/1000 Mbps** e tecnologia **AUTOSENSING**, permitindo o reconhecimento automático da velocidade da rede em modo **full-duplex**.

4.12.6.2 A controladora deverá estar em conformidade com o padrão **802.3**, oferecendo suporte aos protocolos **WOL**, **PXE** e **SNMP**.

4.12.6.3 A interface deverá ser capaz de operar em **100/1000 Mbit/s**, com detecção automática da velocidade da rede e funcionamento em modo **full-duplex**.

4.12.6.4 Não serão aceitos dispositivos ou adaptadores do tipo **USB** ou de características semelhantes.

4.12.7 Controladora de Rede Wireless

4.12.7.1 A controladora deverá estar em conformidade com os padrões **Wi-Fi 6 (802.11ax)**, **dual-band 2x2** ou superior.

4.12.7.2 A controladora deverá operar nas bandas de frequência **2,4 GHz** e **5 GHz**.

4.12.7.3 Deverá ser compatível com **Bluetooth 5.1** ou superior.

4.12.7.4 A controladora deverá possuir **antena externa** ou **interna** ao gabinete.

4.12.7.5 A controladora deverá ser **certificada pela ANATEL**.

4.12.8 Controladora de Vídeo

4.12.8.1 A controladora deverá ser **integrada**, com capacidade mínima de **1 GB** de memória, sendo capaz de alocar memória **RAM** de forma dinâmica.

4.12.8.2 A controladora deverá oferecer suporte à **resolução mínima de 1920 x 1080 @ 60 Hz**.

4.12.8.3 A controladora deverá possuir **dois conectores de vídeo externos** nativos, nos padrões **DisplayPort** e/ou **HDMI**.

4.12.8.4 A controladora deverá suportar a conexão de **dois monitores simultaneamente**.

4.12.8.5 A controladora deverá ser compatível com **DirectX 12** ou superior.

4.12.8.6 A controladora deverá ser capaz de suportar todas as características do **monitor incluído** no equipamento.

4.12.9 Controladora de Áudio Integrada

4.12.9.1 A controladora deverá ser **integrada à placa-mãe**.

4.12.9.2 A controladora deverá contar com **conectores frontais** para **headphone** e **microfone**, sendo aceita interface do tipo **combo**.

4.12.9.3 O sistema deverá possuir **alto-falante integrado** ao **gabinete**.

4.12.10 Gabinete e Conexões Externas Integradas

4.12.10.1 O **gabinete** deverá ser projetado para ser utilizado tanto na **posição vertical** quanto na **horizontal**, sem comprometer a funcionalidade, a estabilidade ou o desempenho do equipamento.

4.12.10.2 O equipamento deverá permitir a **abertura** e a **substituição** dos dispositivos de **armazenamento 2.5** e módulos de **memória RAM** sem a necessidade de ferramentas (**tool-less**). A utilização de **parafusos** será permitida apenas para a fixação de dispositivos no **slot M.2**.

4.12.10.3 A **fonte de alimentação** deverá ter potência máxima de **260W** e eficiência energética mínima de **85%**.

4.12.10.4 O gabinete deverá ser **dimensionado** para suportar a configuração completa dos **acessórios** e **componentes** do equipamento.

4.12.10.5 O gabinete deverá contar com um **sistema de resfriamento**, monitorado pelo **BIOS**, projetado para garantir a refrigeração eficiente dos componentes internos.

4.12.10.6 O gabinete deverá possuir um **botão de acionamento** (liga/desliga) e **LEDs indicadores** de funcionamento (power on) e de atividade da **unidade de armazenamento**.

4.12.10.7 A **fonte de alimentação** deverá ser **bivolt automática** (100-240V, 50-60Hz), com potência suficiente para garantir o **funcionamento pleno** do equipamento, incluindo uma segunda unidade de armazenamento instalada.

4.12.10.8 O equipamento deverá possuir, no mínimo, **6 portas USB 3.2** ou superior, sendo pelo menos **4 portas USB 3.2 tipo A** e, no mínimo, **1 porta USB 3.2 Gen2 tipo C**, sendo **proibido** o uso de hubs.

4.12.10.9 O equipamento deverá permitir a **conexão de fones de ouvido e/ou microfones**, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) Deverá possuir ao menos **1 conector de entrada para microfone**;
- b) Deverá possuir ao menos **1 conector de saída de áudio**;
- c) Os conectores de **entrada de microfone** e **saída de áudio** podem ser substituídos por um conector do tipo **combo**.

4.12.10.10 O equipamento fornecido deverá possuir, no mínimo, **1 porta RJ-45** para **Ethernet**, conforme especificação técnica.

4.12.10.11 O equipamento deverá apresentar **Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade** emitido pelo **INMETRO** ou por um órgão credenciado, atestando que está em conformidade com a **norma IEC 60950**. O relatório deverá ser **atualizado**, estar dentro do prazo de validade e conter um **detalhamento dos componentes** submetidos aos testes.

4.12.10.12 O equipamento deverá estar em conformidade com a **diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances)**, que proíbe o uso de substâncias nocivas ao meio ambiente. Alternativamente, deverá ser apresentada uma **comprovação técnica** demonstrando que o equipamento não contém substâncias como **Cádmio (Cd)**, **Mercúrio (Hg)**, **Cromo Hexavalente (Cr(VI))**, **Bifenilos Polibromados (PBBs)**, **Éteres Difenilpolibromados (PBDEs)** ou **Chumbo (Pb)**. Esta comprovação deverá ser fornecida por meio de **Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade**, emitido pelo **INMETRO** ou por **instituição acreditada** pelo órgão, ou por **certificado similar** de organismo certificador ou fabricante.

4.12.11 Acessórios

4.12.11.1 O equipamento deverá ser fornecido com todos os **cabos e acessórios** necessários para a **instalação** e para garantir o seu **perfeito funcionamento**.

4.12.12 Teclado com Fio USB

4.12.12.1 O teclado deverá ser totalmente compatível com o padrão ABNT2 e apresentar conexão com fio tipo USB, sem a necessidade de adaptadores;

4.12.12.2 Incluir teclas de iniciar e de atalho do Microsoft Windows;

4.12.12.3 As impressões sobre as teclas devem ser permanentes, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

4.12.12.4 O teclado deve possuir, no mínimo, 104 teclas;

4.12.12.5 Incluir acentuação adequada para a língua portuguesa, incluindo a cedilha e caracteres especiais;

4.12.12.6 O design e a coloração do teclado devem ser compatíveis com o gabinete do equipamento;

4.12.12.7 O teclado deverá ser do mesmo fabricante do desktop ou produzido sob especificação exclusiva (OEM), homologado pelo fabricante do desktop.

4.12.13 Mouse Óptico com Fio USB

4.12.13.1 O mouse deverá possuir 3 botões (incluindo um botão para rolagem de tela "scroll") e resolução mínima de 1000dpi;

4.12.13.2 O design e a coloração do mouse devem ser compatíveis com o gabinete do equipamento;

4.12.13.3 O mouse deverá ser do mesmo fabricante do desktop ou produzido sob especificação exclusiva (OEM), homologado pelo fabricante do desktop;

4.12.13.4 O mouse pad deve ter uma superfície deslizante com base emborrachada antiderrapante, ideal para uso com mouse óptico.

4.12.14 Sistema Operacional

4.12.14.1 Os equipamentos devem ser fornecidos com licenciamento completo para o sistema operacional Microsoft "Windows 11 Pro" (ou versão mais recente), 64 bits, em português do Brasil, com instalação prévia na máquina e chave de ativação registrada na BIOS.

4.12.15 Software

4.12.15.1 Os drivers fornecidos devem ser compatíveis com todas as interfaces instaladas no equipamento, permitindo a configuração e o funcionamento adequado dos dispositivos. Os drivers podem ser disponibilizados opcionalmente no site do fabricante;

4.12.15.2 Devem ser fornecidos manuais técnicos, incluindo o manual do usuário e de referência, com informações detalhadas sobre instalação, configuração, operação e administração, podendo ser disponibilizados no site do fabricante;

4.12.15.3 O equipamento deve constar na lista de compatibilidade de hardware da Microsoft, com o respectivo documento Microsoft HCL (Hardware Compatibility List) para o modelo ofertado, obtido no site oficial da Microsoft;

4.12.16 Gerenciamento

- 4.12.16.1 O software de gerenciamento deve estar disponível e funcional por, no mínimo, todo o período de garantia dos equipamentos, atendendo integralmente às necessidades de gerenciamento mencionadas.
- 4.12.16.2 O software deve ser capaz de gerenciar todo o parque de equipamentos utilizando protocolos ou padrões abertos, como WMI (Windows Management Information) ou SNMP (Simple Network Management Protocol);
- 4.12.16.3 O software deve ter uma console de gerenciamento centralizada, permitindo ao administrador coletar informações dos equipamentos, incluindo fabricante, modelo, sistema operacional, número de série, número de patrimônio, componentes inventariados, memória RAM, modelo de processador e capacidade de disco rígido;
- 4.12.16.4 O software deve permitir a coleta de informações de utilização dos equipamentos, incluindo a média de uso do processador, memória e armazenamento, por grupo de equipamentos ou individualmente;
- 4.12.16.5 O software deve permitir, por meio de agente e console de gerenciamento centralizada, a atualização remota e em massa de versões de BIOS e firmware dos equipamentos, mesmo que localizados fora da rede corporativa;
- 4.12.16.6 A solução de gerenciamento pode ser composta por um ou mais softwares, desde que seja possível integrá-los à suíte de gerenciamento corporativa existente;
- 4.12.16.7 O software deve permitir ligar o equipamento remotamente, com controle de acesso, em horários programados, independentemente do estado do sistema operacional;
- 4.12.16.8 O software deve permitir gravar políticas de power-on no chip, permitindo iniciar o equipamento em horários determinados;
- 4.12.16.9 O software deve possibilitar a instalação remota de sistemas operacionais, com acesso remoto ao teclado e mouse, além de permitir visualização gráfica das telas de instalação;
- 4.12.16.10 O gerenciamento remoto deve ser possível independentemente do sistema operacional, com acesso à BIOS, visualização remota do POST e inicialização do equipamento a partir de CDROM ou imagem (ISO/IMG), utilizando a console do administrador em compartilhamento de rede.

4.12.17 Monitor de Vídeo

- 4.12.17.1 O monitor deve ser policromático e possuir tela antirreflexiva com o tamanho mínimo de 23", em formato widescreen;
- 4.12.17.2 A tecnologia do painel deve ser LED ou IPS;
- 4.12.17.3 O tempo de resposta máximo da tela deve ser de 8ms (G2G) ou 5ms (on/off);
- 4.12.17.4 A resolução mínima deve ser de 1920x1080 com frequência horizontal de 60Hz;
- 4.12.17.5 O monitor deve permitir ajuste de altura (mínimo de 10cm), rotação (90°) e inclinação;
- 4.12.17.6 O monitor deve ser do mesmo fabricante do desktop e totalmente compatível com o equipamento ofertado.

4.12.18 Interfaces

- 4.12.18.1 O monitor deve possuir, no mínimo, as interfaces VGA e HDMI, compatíveis com o equipamento ofertado e do mesmo fabricante;
- 4.12.18.2 O equipamento deverá ser fornecido com cabo de alimentação AC, bem como cabos para todas as interfaces disponíveis;
- 4.12.18.3 O monitor deve ter controles digitais para ajuste de brilho, contraste, posição horizontal e vertical, tamanho horizontal e vertical, no mínimo;
- 4.12.18.4 O monitor deve possuir selo da EPA - **Energy Star**;
- 4.12.18.5 A alimentação deve ser 110/220V, AC - 60 Hz, com seleção automática de voltagem;
- 4.12.18.6 O monitor deverá ter garantia mínima de 60 meses on-site;

4.12.19 Suporte e Garantia

- 4.12.19.1 Todos os equipamentos propostos, seus acessórios e itens acompanhantes deverão ter garantia mínima de 60 meses na modalidade on-site. Para os cabos adicionados aos monitores, a garantia deverá ser de no mínimo 1 ano;
- 4.12.19.2 A contratada deverá garantir atendimento técnico on-site em até 3 dias úteis após a abertura do chamado ou realizar diagnóstico remoto dentro desse mesmo prazo;
- 4.12.19.3 Todos os chamados devem ser gerenciados e atendidos pela central de atendimento do fabricante do equipamento, por meio de número telefônico gratuito (0800), chat ou e-mail, em português, fornecendo o número de abertura do chamado;
- 4.12.19.4 O atendimento telefônico deverá ser realizado por equipe especializada do fornecedor, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira;
- 4.12.19.5 A garantia deve cobrir atendimento e/ou reparo no local após diagnóstico, incluindo reposição de peças e mão de obra, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira;
- 4.12.19.6 O prazo para resolução de falhas de hardware deve ser de até 5 dias úteis para a capital e 10 dias úteis para outras localidades;
- 4.12.19.7 O atendimento deve seguir um procedimento padrão, com diagnóstico de defeito e/ou orientação sobre a solução do problema por telefone;
- 4.12.19.8 Será disponibilizado um link do site do fabricante para consulta da garantia contratada, que deverá estar

conforme o especificado neste edital;

4.12.19.9 Todas as peças utilizadas na montagem do equipamento devem ser homologadas pelo fabricante e cobertas por sua garantia;

4.12.19.10 Os custos relacionados a peças substituídas, como transporte, impostos e seguros, deverão ser cobertos pela garantia;

4.12.19.11 A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a detecção de falhas, visando o reparo dos equipamentos;

4.12.19.12 A substituição de peças e componentes deverá ser realizada exclusivamente por profissionais da fabricante ou da contratada;

4.12.19.13 Quanto à substituição de peças:

a) Não serão aceitos discos rígidos e SSDs reconicionados ou usados;

b) Apenas peças homologadas pelo fabricante serão aceitas.

4.12.19.14 Caso a licitante não seja o próprio fabricante do equipamento, deverá apresentar declaração/certificado do fabricante comprovando que o produto ofertado atende à garantia solicitada, com Part Numbers/SKU dos serviços contratados.

4.12.20 Especificações Complementares

4.12.20.1 O equipamento deverá possuir Certificado de Rotulagem Ambiental emitido pela ABNT ou por organismo acreditado pelo Cgcre (INMETRO), atestando sua conformidade com a Diretiva ROHS, ou uma Autodeclaração de Conformidade emitida pela organização, comprovando a aderência à Diretiva ROHS.

4.12.20.2 O equipamento deverá apresentar certificação ou documentação que comprove sua compatibilidade com a norma IEC 60950 (adotada pelo INMETRO) ou com a norma UL 60950.

4.12.20.3 O fabricante do equipamento deverá ser membro da EICC ou possuir certificação válida OHSAS 18001 ou ISO 45001, garantindo a conformidade com as normas ambientais, de qualidade e de segurança no trabalho, além de atestar o compromisso com o bem-estar de seus funcionários e práticas sustentáveis.

4.12.20.4 Os equipamentos ofertados deverão ser da linha corporativa, sendo vedada a aceitação de equipamentos destinados ao público residencial.

4.12.20.5 O(s) equipamento(s) ofertado(s) deverá(ão) estar em conformidade com a Portaria INMETRO nº 170/2012. A comprovação dessa conformidade deverá ser feita por meio da apresentação de certificado emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO, atestando o cumprimento dos requisitos de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, conforme as regulamentações pertinentes.

4.12.20.6 Todos os certificados, manuais, catálogos, datasheets, folders e declarações necessárias para comprovação dos requisitos técnicos deverão ser entregues juntamente com a documentação da proposta.

4.12.20.7 O equipamento deverá fornecer informações EDID (Extended Display Identification Data), incluindo número de série ou etiqueta de serviço (Service Tag) do monitor, com a possibilidade de leitura remota dessas informações por meio de software de gerenciamento.

4.12.20.8 Todos os equipamentos deverão ser novos, sem uso, e provenientes de fabricação recente.

4.12.20.9 A instalação física, desembalagem e montagem dos equipamentos serão de responsabilidade da contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13. Os equipamentos deverão atender integralmente aos requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.13.1. Quando solicitado o fornecimento de mais de 50 equipamentos por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para a capital e 10 (dez) dias úteis para as demais localidades, contados a partir da data de emissão da OFB, um equipamento com as mesmas especificações do modelo a ser fornecido. Esse equipamento será utilizado pelo CONTRATANTE para iniciar o processo de elaboração da imagem de disco padrão, contendo o sistema operacional, softwares e aplicativos necessários ao correto funcionamento das estações de trabalho em ambiente operacional.

4.13.2. Quando solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá replicar a imagem do disco rígido do equipamento configurado em todos os equipamentos a serem fornecidos.

Requisitos de Implantação

4.14. Os equipamentos deverão atender integralmente aos requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.14.1. Para as OFBs que contemplem mais de 50 equipamentos, a CONTRATADA deverá apresentar um cronograma preliminar de fornecimento por localidade, o qual deverá ser aprovado pelo CONTRATANTE, respeitando o prazo limite estabelecido no item 4.8 deste Termo de Referência.

4.14.2. A CONTRATADA deverá fornecer as declarações ou certificados do FABRICANTE, comprovando que os produtos possuem a garantia exigida neste Termo de Referência.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.15. Os equipamentos deverão ser fornecidos com GARANTIA TÉCNICA do FABRICANTE por um período mínimo de 60 (sessenta) meses, incluindo suporte técnico e assistência no local (on-site), manutenção preventiva e corretiva, bem como a substituição e reposição de componentes, periféricos e peças, conforme estabelecido nos itens 4.6.1 e 4.6.2 deste Termo de Referência.

4.15.1. O prazo de garantia será contado a partir da data de emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO" dos bens, conforme o ANEXO VI - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo.

4.15.2. A garantia dos equipamentos será fornecida diretamente pelo FABRICANTE, e não pela CONTRATADA, salvo quando esta última for também a FABRICANTE dos equipamentos adquiridos.

4.15.3. O serviço de assistência técnica em GARANTIA abrangerá todos os procedimentos técnicos necessários para reparar falhas nos equipamentos, restabelecendo seu estado de funcionamento. Isso inclui a substituição de peças de hardware, ajustes técnicos, ou a troca do equipamento defeituoso por um novo (sem uso), de igual modelo ou superior, conforme especificado na proposta.

4.15.4. O acionamento do serviço de assistência técnica em GARANTIA deverá ser preferencialmente realizado por meio de central telefônica (0800) ou via website, ambos em português (Português-BR), para abertura de chamados e fornecimento de número de protocolo, possibilitando o acompanhamento e monitoramento das solicitações.

4.15.5. O atendimento deverá ocorrer em até 3 (três) dias úteis a partir da abertura do chamado (por e-mail ou portal web). O prazo para resolução do problema será de até 5 (cinco) dias úteis para a capital e 10 (dez) dias úteis para as demais localidades, incluindo a substituição de peças e/ou componentes.

4.15.6. O FABRICANTE deverá disponibilizar um site com manuais, drivers, firmwares e todas as atualizações do equipamento. Durante a vigência do contrato e da garantia, deverá ser mantida uma base de conhecimento sobre problemas e o histórico de reparos ou substituições dos equipamentos fornecidos.

4.15.7. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir relatórios, preferencialmente em formato digital, contendo informações analíticas e sintéticas dos chamados técnicos abertos e atendimentos realizados. Os relatórios devem incluir, no mínimo, os seguintes dados: identificação do órgão, nome do solicitante, data e hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado, ação corretiva realizada e data de fechamento do chamado.

4.15.8. Todos os atendimentos técnicos deverão ser registrados com a identificação do equipamento (modelo e número de série/etiqueta de serviço). A CONTRATADA deverá apresentar um RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA (ou equivalente) com descrição detalhada dos problemas identificados e os procedimentos adotados para sua resolução.

4.15.9. O serviço de assistência técnica pode ser realizado por meio de diagnóstico remoto, mas a CONTRATADA não poderá se eximir de prestar suporte caso haja impossibilidade técnica ou incompatibilidade de acesso remoto devido a restrições do ambiente do CONTRATANTE.

4.15.10. Quando não for possível solucionar o problema remotamente ou por telefone, a CONTRATADA deverá cumprir os prazos máximos de solução estipulados neste documento, a partir do registro da solicitação de atendimento técnico presencial.

4.15.11. Danos causados por imperícia ou negligência (comprovado mau uso) dos usuários não estão cobertos pela garantia, além de problemas decorrentes de acidentes elétricos, oscilações de energia, surtos de tensão, aterramento e infraestrutura inadequada.

4.15.12. A movimentação dos equipamentos entre localidades não afetará a garantia.

4.15.13. A garantia não será afetada caso a CONTRATANTE precise instalar placas de rede, interfaces para outros equipamentos, adicionar unidades de disco rígido ou aumentar a capacidade de memória. No entanto, a garantia dos opcionais adicionados será de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE:

4.15.13.1 Caso os compartimentos sejam abertos, o contratante assume a responsabilidade pela integridade dos componentes internos, sendo responsável por qualquer falta ou dano nos componentes resultante do manuseio.

4.15.13.2 Caso o componente adicionado pela CONTRATANTE cause defeitos, falhas ou incompatibilidade no equipamento em garantia, conforme comprovado por laudos técnicos, o serviço de reparo será considerado como não incluído na garantia.

4.15.14 A manutenção preventiva e corretiva será realizada simultaneamente nas máquinas que apresentarem falhas durante o período de garantia.

Requisitos de Experiência Profissional

4.16. Os serviços de Assistência Técnica e Garantia deverão ser realizados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, além de contar com todos os recursos e ferramentas necessários para a execução adequada dos serviços.

Requisitos de Formação da Equipe

4.17. Não serão exigidos requisitos específicos de formação da equipe para esta contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.18. O fornecimento dos equipamentos estará condicionado ao recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) emitida pela CONTRATANTE, conforme modelo disponível no ANEXO IV.

4.19. A OFB especificará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade para a entrega, conforme descrito no ANEXO IV - Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB).

4.20. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica para os equipamentos fornecidos no local de entrega indicado na OFB, em conformidade com as condições estabelecidas na seção específica de assistência técnica deste Termo de Referência.

4.21. A CONTRATADA deverá disponibilizar meios de contato e registro de ocorrências relacionadas ao funcionamento do serviço contratado, sendo: atendimento eletrônico disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e atendimento telefônico das 08h às 18h, em dias úteis.

4.22. A CONTRATADA será responsável pelo acompanhamento do fornecimento dos equipamentos, devendo informar a CONTRATANTE sobre quaisquer ocorrências ou alterações durante o processo.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.23. A Contratada deverá cumprir integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade estabelecidos a seguir:

4.23.1. A CONTRATADA compromete-se a informar e obter o aceite formal da direção e dos empregados que atuarem direta ou indiretamente na execução do contrato quanto à existência do Termo de Confidencialidade (ANEXO II - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo), bem como sobre a natureza sigilosa das informações. Além disso, deverá seguir as Normas de Segurança vigentes no âmbito da CONTRATANTE.

4.23.2. O tratamento das demandas de atendimento remoto, assistência técnica e garantia deverá ser registrado em sistema informatizado, conforme descrito neste Termo. O acesso a esse sistema será restrito aos técnicos designados pela CONTRATADA, respeitando as Políticas de Segurança da Informação e de Uso Aceitável dos Recursos Informatizados da CONTRATANTE.

4.23.3. A CONTRATADA deverá promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, de qualquer recurso técnico ou humano que não atenda aos critérios de confiança ou que prejudique a ação da equipe de fiscalização da CONTRATANTE.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.24. Em conformidade com o Capítulo V (artigos 56 e 57) do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, recomenda-se que a CONTRATADA possua ou desenvolva um Programa de Integridade. Este programa deve consistir em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos voltados à integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades. Deve ainda assegurar a aplicação efetiva de códigos de ética e conduta, políticas e diretrizes, com o objetivo de prevenir, detectar e corrigir desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos contra a administração pública, seja ela nacional ou estrangeira (art. 56, inciso I). Além disso, visa fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional (art. 56, inciso II).

Sustentabilidade

4.25. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente mencionados na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.25.1. No que for aplicável, e visando atender à legislação pertinente, especialmente a IN SGD-ME nº 94/2022 e a IN SEGES-ME nº 98/2022, a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que, no todo ou em parte, sejam compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

4.25.2. Para atender aos requisitos da seção específica de “Tecnologia da Informação e Comunicação – aquisição de bens de informática e automação” do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU), os licitantes deverão observar as seguintes exigências:

a) A oferta de desktops será aceita apenas se atender aos critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética previstos na Portaria nº 170, de 2012, do INMETRO.

b) A oferta de bens de informática e/ou automação será aceita somente se não contiver substâncias perigosas em concentração superior à recomendada pela diretiva RoHS (Restrição de Certas Substâncias Perigosas), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Indicação de marcas ou modelos

4.26. A presente contratação não especifica marcas ou modelos. Destaca-se que foram definidas as características essenciais do objeto, com o objetivo de ampliar o número de fornecedores disponíveis no mercado, garantindo a aquisição do produto que ofereça o melhor custo-benefício para a Administração Pública.

(SUPRESSÃO - Da exigência de carta de solidariedade)

Subcontratação

4.27. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

(SUPRESSÃO - Da verificação de amostra do objeto)

Garantia da Contratação

4.28. Será exigida a garantia da contratação, conforme estabelecido nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 3% do valor contratual, obedecendo às condições previstas nas cláusulas do contrato.

4.29. Caso seja optado pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo no prazo máximo de até a data de assinatura do contrato.

4.30. As garantias, nas modalidades de caução e fiança bancária, deverão ser prestadas no prazo máximo de 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.31. O contrato conterá um detalhamento adicional das regras aplicáveis à garantia da contratação.

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.32. A demanda do órgão está fundamentada nas características especificadas na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. Alinhar-se aos dispositivos previstos na Instrução Normativa SGD-ME nº 94, de 22 de dezembro de 2022, no tocante a todas as etapas do processo de compra, desde o planejamento (que deve incluir o Documento de Formalização da Demanda e o Estudo Técnico Preliminar) até a etapa de execução, gestão e fiscalização do contrato, atentando para a devida instrução processual;

5.1.10. Instruir os autos do processo administrativo, físico ou eletrônico, com os documentos afetos ao recebimento provisório e definitivo dos bens, tais como: termo de recebimento provisório (TRP) e definitivo (TRD), devidamente assinados pelo gestor do contrato; metodologia adotada no recebimento definitivo dos bens, contendo a definição da amostra ou a totalidade dos itens a serem testados e inspecionados (exame qualitativo); resultados dos testes de atendimento aos critérios de aceitação e das verificações de conformidade aplicados em cada equipamento avaliado;

5.1.11. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;

5.1.12. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis mínimos de serviço especificados;

5.1.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais avançadas;

5.1.14. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados;

5.1.15. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pelo preposto da CONTRATADA;

5.1.16. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por intermédio de servidor especialmente designado, que anotarà em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.1.17. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do gestor ou fiscal do Contrato designados para tanto;

5.1.18. Realizar, no momento da licitação, diligências com o LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso do fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados;

5.1.19. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido; certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.1.20. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, de acordo com as condições contratuais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, e no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato;

5.1.21. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de aceitação da glosa;

5.1.22. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº. 5/2017;

5.1.23. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

5.1.23.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

- 5.1.23.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 5.1.23.3. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- 5.1.24. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato;
- 5.1.25. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 5.1.26. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26 da Lei nº 14.133/2021;
- 5.1.27. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2 São obrigações da CONTRATADA:

- 5.2.1. Indicar formalmente preposto, caso requerido, apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
 - 5.2.1.1. A indicação deverá ocorrer no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do contrato e na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso;
- 5.2.10. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.2.11. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 5.2.11.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 5.2.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- 5.2.13. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.2.14. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos e justificativas que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.2.15. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). A CONTRATADA deverá disponibilizar em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, preferencialmente, em sítio eletrônico as informações referentes ao encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados em relação ao objeto deste Termos de Referência, nos termos do art. 41 da Lei nº 13.709, de 2018;
- 5.2.16. Executar o objeto contratual conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 5.2.17. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade adequadas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.2.18. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para a realização de Homologação do Bem para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
- 5.2.19. Entregar os equipamentos no endereço vinculados ao CNPJ da CONTRATANTE, conforme as OFBs;
- 5.2.20. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as

normas e determinações em vigor;

5.2.21. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.2.23. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato nos seguintes prazos, a contar de sua solicitação:

5.2.23.1. em até 2 dias úteis na capital;

5.2.23.2. em até 4 dias úteis nas demais localidades.

5.2.24. Ter conhecimento do Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas aos contratos a serem firmados;

5.2.25. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos bens fornecidos, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;

5.2.26. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência;

5.2.27. Responsabilizar-se pelo cumprimento por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

5.2.28. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por quaisquer problemas relacionados ao fiel cumprimento do contrato;

5.2.29. Caso o problema de funcionamento do bem e ou serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará para a CONTRATANTE as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

5.2.30. Prestar assistência técnica aos equipamentos fornecidos, da seguinte forma:

5.2.30.1. No caso de defeitos não ocasionados por mau uso, o reparo ou substituição dos equipamentos deverá ser feito em até 5 (cinco) dias úteis para as capitais e em até 15 (quinze) dias úteis para as demais localidades, contados a partir da notificação à CONTRATADA, e não pode representar nenhum ônus para a CONTRATANTE;

5.2.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento dos equipamentos e prestação dos serviços de suporte e garantia, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, resguardado o devido processo legal, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.2.32. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

5.2.33. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à CONTRATADA, independente de solicitação;

5.2.34. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

5.2.35. Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam, acréscimos ou supressões se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;

5.2.36. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

5.2.37. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

5.2.38. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.2.39. Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação;

5.3 São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

- 5.3.5. Compilar as demandas envolvidas, os quantitativos mínimos por requisição e os máximos, os locais de entrega e prazos, entre outras informações fornecidas pelos órgãos participantes, para sistematizar e harmonizar as disposições do Edital e Termo de Referência, e dispor os itens do objeto licitatório da forma mais adequada para a obtenção da melhor proposta para a Administração Pública;
- 5.3.6. Avaliar e decidir, garantida a realização da Homologação do Bem, acerca da eventual substituição da solução registrada em função de fatores supervenientes e imperativos;
- 5.3.7. O órgão gerenciador será a **UASG 158134 - Instituto Federal de Sergipe**.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.
- 6.2.1 O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB, para geração da imagem, quando for solicitado o fornecimento com imagem "ISO".
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.
- 6.3.1 A remessa única deve ser feita nos endereços constantes no item 6.6.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

- 6.4. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, em remessa única.
- 6.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (3) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.6. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

6.6.1. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Reitoria (UASG 158134):** Rua Dom José Thomaz, nº 194 - Bairro São José, CEP 49015-090, Aracaju/SE;

6.6.2. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Parnamirim (UASG 152756):** Rua Antônio de Lima Paiva, nº 155 - Nova Esperança, CEP: 59143-455, Parnamirim/RN;

6.6.3. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus São Paulo do Potengi (UASG 154840):** Rodovia RN 120, KM 02, Novo Juremal, CEP 59480-000, São Paulo do Potengi/RN;

6.6.4. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - Reitoria (UASG 158152):** Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11, Bairro Calungá, CEP: 69303-220, Boa Vista/RR.

Formas de transferência de conhecimento

- 6.7. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

- 6.9. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

- 6.10. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.10.1. Ordem de Serviço;
- 6.10.2. Ata de Reunião;
- 6.10.3. Ofício;
- 6.10.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.10.5. E-mails.

Formas de Pagamento

6.11. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.12. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.13. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II e III.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá no primeiro dia de vigência do Contrato Administrativo, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.9.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.10. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.11. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de Aceitação

7.18. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.19. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.20. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisas, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis;

7.21. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.22. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.23. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos;

7.24. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc;

7.25. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.26. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.27. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.28. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.28.1. A inspeção nos equipamentos fornecidos será realizada por meio de comparação das especificações constantes dos prospectos do fabricante do equipamento.

7.28.2. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do bem ou à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.29. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

7.29.1 O INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO (IAE) é descrito na tabela a seguir, elaborada com base no item 10.2.6 da Portaria SGD /MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023:

--

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	<p>A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB.</p> <p>Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.</p>	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = <u>TEX – TEST</u></p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.	

Observações	Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>IAE = 1 e < 30: Aplicar-se-á glosa de 0,5% por dia útil de atraso sobre o valor da Ordem de Fornecimento de Bens ou fração em atraso;</p> <p>IAE >= 30: Aplicar-se-á glosa de 10% sobre o valor da Ordem de Fornecimento de Bens ou fração em atraso acrescido de 0,5% por dia útil de atraso sobre o valor da Ordem de Fornecimento de Bens ou fração em atraso limitado em 30% sobre o valor da Ordem de Fornecimento de Bens, bem como multa de 2% sobre o valor do contrato.</p>

7.29.2. Enfatiza-se que foi observada a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, que estabelece o “Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal”, sobretudo no que diz respeito aos indicadores que devem constar em uma contratação de estação de trabalho, conforme subitem 10.2.7 da referida Portaria, a seguir transcritos : a) Indicador de atraso no fornecimento do equipamento (IAE);

b) Indicador de tempo de Instalação dos equipamentos após o aceite provisório (ITI), quando prevista a instalação do equipamento. Ambos os indicadores constam na presente contratação.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.30. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais. (Art. 156 Parágrafo 4º da Lei 14.133 /2021)
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração
4	Ter praticado atos ilícitos para contratar com a Administração.	Será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 1% sobre o valor total do Contrato.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Multa de até 1% sobre o valor total do Contrato.
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.

8	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato.
9	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega da OFB)	Aplicar-se-á glosa de 0,33% por dia de atraso sobre o valor da OFB, nos casos do valor de IAE entre 0,1 e 1,50. Aplicar-se-á glosa de 2% sobre o valor da Ordem de Fornecimento de Bem - OFB, nos casos do valor de IAE acima de 1,5.
10	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 0,5% do valor total do Contrato.
11	Preposto, se houver, não agir em resposta às solicitações da Contratante no prazo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 0,5% do valor total do Contrato.

7.31. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

7.31.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.31.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1 O recebimento provisório será realizado pelo FISCAL TÉCNICO do CONTRATO quando da entrega do OBJETO resultante de cada OFB e consiste na emissão do documento "TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO" que, por sua vez, consiste na declaração formal de que os bens foram entregues e os serviços foram prestados, para posterior análise das conformidades e qualidades baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação previstos em seção específica deste Termo de Referência.

8.1.2 O modelo para o recebimento provisório dos itens encontra-se apenso a este Termo de Referência no ANEXO VI - Modelo de Termo de Recebimento Provisório.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.1 O recebimento provisório ou definitivo não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de fornecer os bens de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas, inclusive na proposta de preços, nem invalida qualquer reclamação que o CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação da entrega de bens fora de especificação, garantido o devido reparo, sem custo adicional.

8.2.2 Após o recebimento provisório, os fiscais - técnico, requisitante e administrativo - realizarão análise do(s) bem(ns) entregue(s), considerando:

a) A avaliação da qualidade realizada a partir da aplicação de listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em CONTRATO;

- b) Verificação de aderências aos requisitos e especificações técnicas;
- c) Identificação de eventuais não conformidade com os termos contratuais;
- d) Verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do CONTRATO;
- e) Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do CONTRATO;
- f) Encaminhamento à CONTRATADA das eventuais demandas de correção, a cargo do GESTOR do CONTRATO ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do CONTRATO;
- g) Cálculo e encaminhamento à CONTRATADA de indicação de eventuais glosas por descumprimento de níveis mínimos de serviço exigidos por parte do Gestor do CONTRATO, quando for o caso.

8.2.3. Concluída a avaliação da qualidade e da conformidade dos bens entregues e provisoriamente recebidos, a CONTRATANTE confeccionará o documento "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO", com base nas informações da etapa de avaliação da qualidade e contendo a autorização para emissão e posterior pagamento da(s) NOTA(S) FISCAL(IS), devendo ser inserido nos autos para posterior rastreabilidade.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15(quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3.1. O modelo para o recebimento provisório dos itens encontra-se apenso a este Termo de Referência no ANEXO VII - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

8.7.1. Nos casos aplicáveis, observando de forma complementar o disposto na alínea "c" do inciso II do art. 50 da IN SEGES-ME Nº 98, de 2022, quando houver glosa parcial das faturas, o GESTOR deverá comunicar a empresa para que emita a(s) NOTA(S) FISCAL (IS) com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

8.7.2. A(s) Nota(s) Fiscal(is) apresentadas pela CONTRATADA devem estar aderentes aos requisitos legais e tributários firmados pelos órgãos competentes, sendo que o pagamento somente será autorizado após ATESTE pelo(s) servidor(es) competente(s), condicionado este ato à verificação da conformidade e da adequação em relação aos bens efetivamente entregues;

8.8. Caso sejam verificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, o GESTOR DO CONTRATO deve indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas medidas de correção.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.11.1. o prazo de validade;
- 8.11.2. a data da emissão;
- 8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI de correção monetária.

8.20.1. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

8.20.2. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

(SUPRESSÃO - Antecipação de pagamento)

Cessão de crédito

8.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.26.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, pois considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário, pois o pagamento será realizado apenas pelo quantitativo efetivamente demandado.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência adicional de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução n.º 7, de 23 de dezembro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos

exercícios sociais, comprovando:

- 9.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 9.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 9.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.29. (SUPRESSÃO - Registro em entidade profissional)

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1. atestado(s) que comprovem o fornecimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo total do(s) item(ns) que o licitante pretende disputar.

9.31.2 atestado(s) que se refiram a fornecimentos realizados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.32 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

9.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor:

9.33.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.34.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.34.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.34.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.34.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.913.756,00 (cinco milhões, novecentos e treze mil, setecentos e cinquenta e seis reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26423/158134;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 12363511220RL0028;

IV) Elemento de Despesa: 449052;

V) Plano Interno: VOINVN0100N;

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANO ESTEVAN VASCONCELOS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 17/02/2025 às 12:43:32.

RICKSON CESAR DA CRUZ SILVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 17/02/2025 às 14:10:10.

LORENA DE SOUZA SILVA MEDEIROS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 17/02/2025 às 12:29:08.

MARCOS PEREIRA DOS SANTOS

Gestor de TIC



Assinou eletronicamente em 17/02/2025 às 18:26:08.

RUTH SALES GAMA DE ANDRADE

Reitora



Assinou eletronicamente em 18/02/2025 às 08:57:51.